

Notas etnográficas de uma tragédia em Nova Friburgo

WECISLEY RIBEIRO ESPÍRITO SANTO

Resumo

Esta comunicação relata as repercussões da tragédia ocorrida, em 2011, no município de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. A tempestade teve impactos não apenas materiais, mas também simbólicos.

Novos temas incorporaram-se ao debate público e mobilizaram as partes em disputa na política municipal.

Palavras chave: Desastre Natural; Ambiente; Identidade; Conflitos Sociais; Brasil.



Ethnographic notes on Nova Friburgo tragedy

Abstract

This paper discuss the repercussions of the tragedy occurred in 2011, in the municipality of Nova Friburgo, Rio de Janeiro. The storm had not only material impacts, but also symbolic. New issues were incorporated to the public debate and mobilized the parts in conflict on municipal politics.

Keywords: Natural Disaster; Environment; Identity; Social Conflicts; Brazil.

WECISLEY RIBEIRO ESPÍRITO SANTO

Mestre e Doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ.

1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação constitui um relato sumário das repercussões da tragédia ocorrida entre 11 e 12 de janeiro de 2011, em decorrência das chuvas, sobre a vida social dos habitantes do município de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Como um “evento crítico” (DAS, 1995), a tempestade de janeiro (com suas consequências e quase inverossímeis inundações e avalanches de lama e pedra) gerou profundo impacto não apenas sobre a configuração material da sociedade friburguense (como, por exemplo, a imposição inexorável de reordenamento habitacional da cidade), mas também sobre os pertencimentos, identidades, oposições e conflitos sociais. Novos temas e símbolos foram, quase que forçosamente, incorporados aos debates públicos. De diferentes maneiras e com variados tons políticos estes temas e símbolos passaram a ser mobilizados pelas múltiplas partes conflitantes do campo político municipal.

Consoante tentarei demonstrar, a categoria “natureza” converteu-se em um termo-chave para se pensar diversas questões novas juntamente com as que já estavam em jogo no cenário político friburguense. Desde então, a imperiosidade de se conceber coletivamente uma forma de reconstruir de maneira sustentável a cidade tem evocado objetos de luta política e conflitos sociais anteriormente pensados fora do âmbito da questão ambiental. Ao mesmo tempo, a catástrofe natural e seus corolários ambientais – incluídos seus aspectos socioculturais – conduziram a uma reconfiguração mais ou menos rápida dos conflitos sociais, entre janeiro e abril de 2011 (isto é, durante o período da observação etnográfica sobre a qual se baseia este trabalho). Estes os fenômenos que pretendo apresentar no artigo.

A primeira parte constitui uma descrição sumária das repercussões do ocorrido, na ocasião imediatamente posterior às chuvas dos dias 11 e 12 de janeiro. Recorro aqui a dois procedimentos, no referente às fontes de pesquisa: de um lado, a reconstituição etnográfica de situações por mim vividas no período; de outro, a compilação de notícias de jornal sobre o caso. Conforme espero demonstrar, o recurso às fontes escritas da imprensa local representa uma forma de minimizar as limitações da observação

etnográfica, em uma situação inicial de isolamento absoluto – tanto em termos da impossibilidade de movimentação geográfica na região, neste momento, quanto em termos de falta de acesso aos meios de comunicação como internet, telefone e televisão. Deste modo, se o relato que elaboro mediante reconstituição das minhas próprias memórias fornece uma imagem bastante circunscrita localmente (uma imagem do Bairro de Conselheiro Paulino, um dos mais devastados da cidade), a transcrição de alguns fatos veiculados na imprensa local tem por objetivo situar a descrição em seu contexto municipal.

Por seu turno, a segunda parte do texto explora a emersão de temas ambientais dotados, a partir de então, com propriedades transversais – isto é, que atravessam questões políticas e objetos de conflito anteriormente concebidos localmente como situados fora do âmbito das preocupações ecológicas –, bem como a entrada de novos atores no cenário político municipal. Aqui também recorri a uma dupla estratégia metodológica: de um lado, o relato etnográfico baseado em minhas próprias memórias (agora não mais circunscritas ao Bairro de Conselheiro Paulino senão que ligeiramente ampliadas para contemplar a arena política municipal); de outro, uma apresentação das principais partes conflitantes representadas em fontes documentais – imprensa escrita e documentos dos movimentos sociais. Como o leitor poderá testemunhar, o discurso ambiental e a categoria “natureza” são ambos incorporados às argumentações políticas das diversas partes conflitantes.

2 OS PRIMEIROS DIAS

Quando, no dia 12 de janeiro de 2011, por volta das 10:00 horas, a maior inundação da história já registrada, em Nova Friburgo, começou a diminuir morosamente, os moradores da Avenida Nossa Senhora do Amparo, no Bairro de Conselheiro Paulino, entreviram o tamanho da devastação. Em um dos trechos n  inundados desta mesma via, as pessoas, majoritariamente fora das suas casas, abismadas, repetiam entre si uma varia o ou outra da seguinte frase: “Parece um filme americano de catástrofe”. Imagem ratificada – cerca de cinco dias mais tarde, quando finalmente restabeleceu-se o fornecimento de energia elétrica em

quase todo o bairro – pelas cenas gravadas em toda a região serra-fluminense e vistas pela televisão. Com efeito, à metáfora cinematográfica da tragédia soma-se inclusive um prólogo, noticiado por um jornal local nos seguintes termos:

Terça, 11 de janeiro, 16h: Parecia o prenúncio de um desastre de proporções avassaladoras que estava por vir. Um prédio residencial na rua São Roque, no bairro de Olaria desaba e mata dois moradores. No momento do acidente não chovia. 23h: Começa a chover forte em todo o município. Tem início o maior pesadelo já vivido pela população de Nova Friburgo. Em diversos bairros moradores começam a entrar em pânico. Muitos retiram carros de garagens e iniciam a retirada de móveis e objetos pessoais de armários e imóveis que começam a ser invadidos pela água (EDITORIAL, 2011, p. 7).

Durante toda a madrugada o metralhar indescritivelmente contínuo dos relâmpagos abafara o barulho dos desmoronamentos de encostas, postes, árvores centenárias, prédios, avalanches de lama e pedra. Por volta das 2:00 horas, da casa dos meus pais onde eu me encontrava naquela noite, consegui realizar a última ligação pelo telefone fixo, antes que o sinal fosse interrompido por cerca de um mês.¹ Discando o 193, número do corpo de bombeiros, comuniquei ao atendente que em nossa rua haviam se precipitado três barreiras misturadas com árvores e pedras, interditando os dois sentidos da estrada. Ele então me perguntou se na vizinhança tinha alguma vítima soterrada. Respondo que não, uma vez que era possível identificar todos os vizinhos aglomerados em suas lajes, varandas ou janelas olhando, estarecidos, a força do temporal. O atendente do corpo de bombeiros então disse: “Se não tem óbito relaxa porque nós estamos com mais de trinta chamados por deslizamentos de terra com óbitos!”

Somente quando a água voltou a se limitar ao leito do Rio Bengalas (que corta o perímetro urbano do município) – quase ao meio dia – é que, de fato, se pôde formular uma ideia um pouco menos obscura das dimensões da tragédia. Neste primeiro momento, era impossível prever todas as consequências,

1 “Madrugada de quarta, 12 de janeiro: Postes que sustentam as redes elétrica e de telefonia vem abaixo. O fornecimento de energia e telefonia entra em colapso” (EDITORIAL, 2011, p. 7).

porquanto inverossímeis, sem acesso aos meios de comunicação. Naquela mesma tarde, transitando pelas ruas, não se vislumbrava pessoa que não estivesse coberta de lama e assim continuou a ser por quase todo o resto da semana. Dias mais tarde um casal de amigos meus me perguntou se eu não estava me sentindo como se estivesse vivendo em um romance de José Saramago, como *O ensaio sobre a cegueira* ou *Intermitências da morte* – histórias cujos conflitos sociais são inaugurados por um evento incrível. Com efeito, instaurou-se uma infinidade de conflitos capilares, nas situações de interação extracotidianas que se seguiram, plasmando um verdadeiro caos social.

Por volta das 15:00 deste primeiro dia, quando todos limpávamos a lama que ficou no interior das casas e a água baixou, uma vizinha passa dizendo que, na escola de samba do bairro, não paravam de chegar corpos de pessoas soterradas. A exemplo da maioria dos habitantes de Conselheiro Paulino, seguimos também nós, meus familiares e eu mesmo, em direção à escola de samba para ver se haveria alguma pessoa conhecida entre as vítimas. Ao chegar ao local me deparo com um amigo de escola, hoje sargento do corpo de bombeiros, correndo com um semblante desesperado em minha direção. Quase sem parar diante de mim ele fala azafamado:

A gente precisa de ajuda. Temos que transferir os corpos do Alunão (apelido da escola de samba) pra creche, não para de chegar corpo e os bombeiros e a defesa civil estão espalhados pela cidade tentando resgatar mais soterrados. A gente tá com pouco voluntário. Você pode nos ajudar? Vai em casa, bota uma calça e um tênis e “tampa” com a gente.

Faço o que ele me sugere e, em seguida, adentro com ele a escola de samba. Imediatamente, recebo um par de luvas e uma máscara protetora. No portão, um soldado dos bombeiros tenta conter a multidão que força a entrada na quadra, na intenção de ver os mortos. Com uma voz quase suplicante, o soldado pergunta continuamente se há ali algum voluntário para ajudar no transporte dos corpos. Deste momento – por volta de 15:30 horas – até as 20:00 horas carregamos e organizamos para reconhecimento de familiares cerca de 75 corpos de pessoas soterradas – todas de Conselheiro Paulino. Um grande número com indícios de terem

morrido em suas próprias camas, vestindo pijamas, roupas íntimas ou mesmo nuas. Durante toda a tarde uma grande aglomeração humana renovava-se continuamente com a chegada e a saída de pessoas do local que tentavam encontrar familiares e amigos desaparecidos durante a noite. Uma senhora da terceira idade, ao reconhecer seu filho entre os mortos, passa mal e precisa ser atendida no posto de saúde situado ao lado da creche municipal, onde se encontram os corpos.

Uma espécie de divisão do trabalho entre voluntários e bombeiros se produz rapidamente, de uma maneira quase espontânea. Alguns anotam os nomes e a procedência dos cadáveres em um caderno para facilitar a identificação. Outros carregam as vítimas. Outros ainda ficam no portão da creche para passar informações às pessoas que vêm de todos os cantos do bairro. Por fim, uns últimos desempenham o papel de “fiscais” e organizadores de uma fila – “somente de familiares”, conforme definiram alguns bombeiros e voluntários – para a entrada no recinto. Ao longo desta tarde, como de resto nos dias imediatamente seguintes, a população friburguense começou a identificar as pessoas com luvas descartáveis e máscaras de proteção, por assim dizer, como “autoridades” provisórias nos assuntos ligados à tragédia.

Ao mesmo tempo, alguns dos voluntários, eles próprios, gradativamente foram vestindo a personagem de autoridade, chegando mesmo a tratar com indelicadeza as pessoas que vinham reconhecer parentes e afins falecidos. No trânsito, carros com cartazes colados onde se podia ler “trânsito livre”, ou “ajuda humanitária”, ou “voluntário” (juntamente com viaturas de polícia, bombeiros e ambulâncias) corriam exageradamente, faziam ultrapassagens perigosas, buzonavam, gritavam “sai da frente”, eventualmente provocando acidentes. Caminhonetes e outros carros com carroceria transportavam pilhas de corpos de pessoas falecidas total ou parcialmente descobertos. Cartazes afixados em carros, luvas descartáveis e máscaras de proteção vão se convertendo em símbolos de autoridade e, sob alguns aspectos, em sinais de pequenos privilégios.

No Grêmio Recreativo Alunos do Samba (a escola de samba Alunão) monta-se um depósito de donativos. Alimentos, água,

agasalhos, colchões; caminhões de todas as partes do Brasil chegam com ajuda humanitária. No dia 14, o caseiro da escola estadual do bairro, que perdeu tudo com a inundação, chega com um professor voluntário para pegar um colchão de casal. Tendo carregado, ao longo deste dia, numerosos colchões de casal doados perfeitamente secos eu, no entanto, fiquei surpreso quando o administrador da escola de samba me pediu que eu desse um colchão que estava molhado ao homem que o solicitou. Com efeito, esta não seria a única vez que eu veria voluntários com acesso direto às doações selecionando os melhores artigos para si próprios ou para familiares e afins. Um amigo me conta história semelhante: um oficial das Forças Armadas que se encontrava na cidade para trabalhar nas operações de reconstrução da cidade, resgate de vítimas, desobstrução de vias, etc. enche seu próprio carro com donativos e ordena a um soldado que os leve até onde ele se encontrava hospedado. Contam-se, nas ruas, inumeráveis variações desta mesma história.

Multiplicam-se também as pessoas nas filas para retirada de cestas básicas e outras doações. Abrigos improvisados em igrejas e escolas recebem centenas de pessoas que perderam suas casas. Comenta-se que deverá haver racionamento de comida.² Os poucos mercados que funcionam na primeira semana abrem apenas uma pequena porta, com medo de serem saqueados. É grande o fluxo de pessoas comprando mantimentos no intuito de armazená-los em casa. Com o passar dos primeiros dias, cada vez mais os habitantes de Friburgo sentem que, conquanto não tenham sido todos diretamente atingidos, ninguém deixou de ser afetado pelas consequências da chuva.

De fato, a tragédia de janeiro de 2011 é *sui generis* em decorrência das suas dimensões. O que Gomes (2010) afirma acerca do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, é verdade também para Nova Friburgo: enchentes dos rios e deslizamentos de terra em regiões habitadas são fenômenos com os quais a população friburguense convive há décadas. A novidade é que, agora, as vítimas não

2 Medo coletivo que se revelou, felizmente falso, devido ao volume extraordinário de doações que chegou à cidade.

pertencem a uma única classe social. Comerciantes aumentam abusivamente o preço de certas mercadorias que se tornaram indispensáveis, tais como velas (diante da falta de energia elétrica) e água mineral. A imagem de um romance de José Saramago começa a se materializar.

Imagem tanto mais ratificada quando, na sexta-feira, dia 14, um boato inacreditável e certamente irresponsável espalhou o pânico pela cidade, fazendo emergir o estado de trauma e desespero em que se encontrava a maioria da população friburguense. Um grupo de homens em uma pick-up transitou pelas ruas do Bairro de Olaria (região sul do município) dizendo à população que uma represa de água havia se rompido no Bairro do Cascatinha e que a cidade seria inundada pela água. O rumor atravessou a cidade, por cerca de dez quilômetros, chegando a repercutir com muita força mesmo na região norte, como ocorreu em Conselheiro Paulino. Sendo caso extremamente controvertido, o jornal *A Voz da Serra*, ao que parece confuso a este respeito, subestimou a magnitude de seu alcance.

A região sul do município não foi tão atingida pela tempestade, mas seus moradores entram em pânico com um boato dando conta que uma represa teria estourado e iria inundar os bairros Cascatinha, Cônego, Olaria e Centro. A população se desespera e busca abrigo em locais seguros (EDITORIAL, 2011, p. 7).

Com efeito, a notícia desconsidera inteiramente as repercussões da mentira por toda a região norte, notadamente em Duas Pedras, Ouro Preto, Conselheiro Paulino e São Jorge. Nestas localidades, mesmo a polícia e o corpo de bombeiros não sabem ao certo em que acreditar; de modo que alguns soldados aconselham também a população a subir os morros. Pelo menos um acidente de trânsito foi registrado nesta região em decorrência da correria que se seguiu ao rumor. Outros boatos – não sei até que ponto verdadeiros – sugerem que uma mulher grávida passou mal e perdeu a criança depois de ouvir a falsa notícia da possível inundação da cidade. Em Conselheiro Paulino, na Avenida Nossa Senhora do Amparo, com a qual iniciei este relato, um homem passa correndo em direção a um morro, dizendo: “Sobe o morro, sobe o morro que isso tudo aqui vai inundar!” Uma senhora de 80 anos se desespera dizendo que nunca havia visto isso e repetindo

incessantemente: “O que vai ser da nossa vida, meu Deus?” Por fim, esta mesma senhora sai, com toda sua família, em direção ao morro mais próximo na intenção de se proteger do suposto alagamento, dizendo: “Se é pra morrer, vamos ficar todos juntos”. Todos os vizinhos seguem seu exemplo, e sobem o morro até que o boato é desmentido por uma viatura policial.

Mesmo em lugares não inundados pela enchente do rio comentava-se que as casas seriam inteiramente submersas em decorrência da quebra de uma represa; suposição absolutamente inverossímil em face da inexistência de represas com tal capacidade, na região. Muitas pessoas que conhecem bem a cidade de Nova Friburgo sabem perfeitamente que nenhuma represa local teria a capacidade de provocar tal inundação. E, no entanto, a reação desesperada da população, por todo o município, se explica, a meu ver, sobretudo, em decorrência, por assim dizer, de um estresse pós-traumático coletivo. Desespero levado, por vezes nestes primeiros dias, ao seu paroxismo; em 18 de janeiro, sete dias depois do desastre, um homem suicida-se no Bairro Jardim Ouro Preto. Alguns comentam que este homem perdeu toda a sua família soterrada.

Entretanto, ao lado da dor e do desespero, engendra-se força de trabalho, um esforço coletivo e generalizado para o resgate de vítimas, para a organização de doações, para limpeza de locais públicos e privados, para desobstrução de estradas. Um trabalho monumental, hercúleo, realizado, não obstante, com destacada energia. Com o tempo, as ambiguidades da conjuntura vão se evidenciando – ambiguidades das quais o seguinte trecho de notícia constitui apenas um exemplo: “Há denúncias de comerciantes que inflacionaram seus preços, porém outros iniciaram promoções para facilitar a compra de mantimentos para doações” (EDITORIAL, 2011, p. 7). Tudo se passa como se ninguém pudesse se omitir de fornecer sua cota de trabalho físico em benefício coletivo. Sem dúvida, na ausência dos recursos mais cotidianos (fornecimento de água, de energia elétrica, serviço de transporte público, de telefonia, meios de comunicação em geral, comércio), a dependência individual do trabalho coletivo é sentida com maior força. Moradores vizinhos, na Avenida Nossa Senhora do Amparo

– que em geral costumam interagir com muito menor frequência – aproximam-se em consequência da prestação mútua de pequenos serviços e favores. Um homem pergunta se alguém tem um carregador de bateria de celular de um modelo específico de aparelho, uma família que possui poço artesiano oferece água aos moradores de casas contíguas, sem jornal escrito ou televisionado intensifica-se a troca de informações – relacionadas aos mais variados temas – nas interações face a face.

Em Conselheiro Paulino, o fornecimento de água é interrompido por mais de dez dias. Felizmente, o bairro possui uma nascente de água potável que se bifurca em duas fontes separadas entre si cerca de quinhentos metros. Juntamente com outra nascente, situada no Centro da cidade que, contudo, foi soterrada por uma avalanche de pedra e lama, estas fontes de Conselheiro são os únicos locais alternativos para se conseguir água potável na parte urbana da cidade. Desse modo, filas de pessoas, oriundas de diversos bairros, se multiplicam diante destas “bicas”, conforme são chamadas pela população local. Moradores mais próximos delas utilizam baldes e, por conseguinte, afirmam ter o direito de não entrar na fila com pessoas que utilizam vasilhas, as quais, por possuírem gargalo mais estreito que o veio de água, demoram mais para encher. Eventualmente, porém, há protestos da parte dos últimos a este respeito. A exemplo de diversas outras situações extraordinárias de interação – decorrentes do estado de exceção que então se instaurou – a ação de buscar água nas “bicas” de Conselheiro Paulino começou a suscitar, com o passar dos dias, tanto pequenos conflitos interpessoais quanto prestações de ajuda mútua entre pessoas desconhecidas. Entretanto, estas pequenas manifestações das ambiguidades intrínsecas à situação do pós-tragédia constituem apenas a expressão “menor” da maneira como os “grandes” conflitos públicos passaram a ser reinterpretados à luz da catástrofe.

3 CONFLITOS SOCIAIS E MEIO AMBIENTE

Se se pode falar de uma interpretação do cataclismo climático que se abateu sobre Nova Friburgo a partir da sua *positividade*, esta interpretação só pode advir de uma atenção séria às ambiguidades

que se seguiram ao evento. A este respeito, o corolário mais relevante politicamente com certeza foi a entrada de novos agentes na arena política municipal: pessoas e grupos sociais que antes dos acontecimentos de janeiro não pensavam – e até nutriam certa aversão pela ideia – em participar de questões e lutas políticas. A criação de um Fórum do Movimento Sindical e Popular de Nova Friburgo (cujo manifesto fundador é apreciado nas linhas a seguir) constitui a expressão mais sistematizada deste fenômeno recente. Desde a década de 1990 – salvo em algumas ocasiões de protestos contra o aumento abusivo das passagens de ônibus municipal – o município não via uma onda de movimentos e atos públicos de protestos (em sua maioria, contra a atuação da prefeitura na pós-tragédia, bem como contra o beneficiamento de grandes empresários e comerciantes em detrimento das classes trabalhadoras).

Outra expressão privilegiada deste reordenamento do campo político municipal vem também do Bairro de Conselheiro Paulino. Por volta do mês de março os espaços públicos deste bairro – tais como o campo de futebol e a escola estadual a ele contígua – encontravam-se ainda em uma situação de calamidade. Pilhas de entulho de toda sorte e lama ainda não haviam sido removidas. A tubulação de esgoto, as galerias de água encontravam-se, em sua maioria, entupidas com lama. Portanto, bastava uma chuva com baixa densidade pluviométrica para que as ruas, quintais e, por vezes, casas, voltassem a inundar. A comparação com outros bairros e localidades da cidade, onde a limpeza pública foi consideravelmente mais eficiente, conduziu parte dos moradores de Conselheiro Paulino à revolta com o poder público. Um amigo meu, dono de uma videolocadora, também graduado em Geografia, comenta indignado:

Olha, eu vou organizar um movimento para trocar o nome do bairro. Isso aqui tem que deixar de ser chamado Conselheiro Paulino. Tem que ser chamado de privada. Você coloca o endereço: Avenida Nossa Senhora do Amparo, número tal, privada! Porque a gente está isolado aqui. Conselheiro é responsável por 51% da arrecadação de impostos do município e é sempre o último a ser contemplado com alguma política pública. Se dessa vez a gente não fizer alguma coisa nesse bairro, eu desisto! (Érick).

Esta disposição para a ação, esta vontade de fazer “alguma coisa” veio a encontrar um terreno fértil, irrigado, por assim dizer, pela enchente de janeiro. Neste âmbito, outro amigo já citado no início destas notas – o sargento do corpo de bombeiros que me pediu ajuda no dia seguinte à tragédia –, que sempre olhou com muito ceticismo o “envolvimento com a política” (expressão por ele empregada muitos anos atrás, por ocasião da minha participação no movimento estudantil do qual, saliente-se, ele nunca foi simpatizante), me procurou, também no mês de março, sugerindo criarmos uma associação de moradores de Conselheiro Paulino. E, para a minha surpresa, depois de elencar, com muita lucidez, todos os problemas pelos quais o bairro atravessava, arrematou sua fala dizendo: “A gente precisa construir uma representação aqui”. Outro antigo colega de escola, igualmente cético quanto à participação política popular, além do Erick – cuja fala indignada foi transcrita – e de outro professor de Geografia (este último embora nunca tenha se demonstrado cético no tocante à participação política popular vem manifestando, contudo, uma disposição e disponibilidade para a ação inéditas comparativamente ao período anterior às chuvas), incorporou-se ao movimento pela Associação de Moradores de Conselheiro Paulino. Este movimento se encontra agora em pleno curso.

Além desta reconfiguração do campo político friburguense, decorrente da emersão de novos agentes implicados nos conflitos locais, observa-se simultaneamente uma reconfiguração simbólica das questões que estão em jogo neste campo. Conforme se poderia dizer a este respeito, a catástrofe de janeiro engendrou alterações tanto no âmbito da morfologia social quanto no registro da cultura. Nesta esfera, o que mais chama a atenção do observador é, sobretudo, a incorporação do discurso ecológico a debates políticos que anteriormente guardavam certa autonomia em relação a questões ambientais. É preciso registrar, mais que isso, que a evocação da preocupação com o meio ambiente e com a natureza não vem sendo mobilizada por um grupo ou facção política apenas. Trata-se de um fenômeno transversal – isto é, que tem atravessado os mais diferentes grupos, partidos e movimentos sociais. Para tentar transmitir uma ideia deste caráter transversal

exponho a seguir três documentos, os quais representam três diferentes posições no campo político municipal.

O primeiro documento compreende o texto do primeiro editorial do jornal *A Voz da Serra*, na pós-catástrofe. Por constituir um caso privilegiado, expressivo da posição política do jornal (uma posição de porta-voz da atual gestão da prefeitura municipal, na imprensa escrita), bem como da roupagem ambiental mobilizada como estratégia argumentativa, vale a pena reproduzir na íntegra o texto do editorial deste primeiro número depois da tragédia do dia 12 de janeiro de 2011. Os destaques são meus e pretendem sublinhar a ênfase econômica bem como a publicidade política em benefício da atual administração da prefeitura municipal de Nova Friburgo.

VERDE QUE TE QUEREMOS

Assim como muitos bairros e distritos de Nova Friburgo onde empresas e residências tiveram prejuízos de toda ordem, a área rural do município sofreu com perdas humanas e materiais. O solo produtivo da extensa área que abastece o mercado consumidor do Rio de Janeiro através da agricultura familiar e do plantio de hortifrutis foi varrido pela enxurrada do dia 12 de janeiro no terceiro distrito de Campo do Coelho.

Passada uma dezena de dias, ainda é tempo de buscar por corpos, mas, também, de contabilizar prejuízos, sendo o setor agrícola o que mais necessitará de apoio financeiro e técnico para voltar à normalidade como exige todo processo de produção rural. Sem terra preparada não obterão nada do solo arenoso que ficou na passagem da tormenta.

Os produtores rurais sofreram um duplo revés com a chuva, perdendo casas e negócios e precisarão, portanto, de apoio social enquanto refazem suas vidas conjugando a família e o trabalho. Além da solidariedade com alimentos e donativos, precisam de um lar.

Medidas nesse sentido já estão sendo tomadas pela prefeitura e o governo estadual para minimizar as perdas, sendo o secretário municipal de agricultura, Roberto Wermellinger, um dos mais ativos para a obtenção de recursos materiais, como máquinas e equipamentos, além de verbas e linhas de crédito rural.

O governo Sérgio Cabral está voltado para as medidas relacionadas à tragédia nos municípios da região, e, através do vice-governador Luiz Fernando Pezão, está atento às necessida-

des das cidades atingidas. Torcemos para que a área rural seja atendida e beneficiada com a mesma dedicação que vem sendo adotada para os que tiveram perdas materiais na área urbana de Nova Friburgo.

Além de importante pólo agrícola do estado do Rio, a região serrana fluminense possui outras atividades que fortalecem sua economia gerando muitos empreendimentos e milhares de empregos. O turismo é a atividade econômica que permeia a região e neste momento não pode ficar fora das medidas que irão recuperar as atividades produtivas nas áreas atingidas.

As matas friburguenses assim como a área rural são um patrimônio que beneficia o município em todos os sentidos. Além da garantia de vida para muitos, movimentando a economia, a nossa vegetação e topografia se constituem num nicho de exuberante beleza, que perpetuam a nossa cidade como terra de muito verde, encanto e paz. Apesar de tanto sofrimento, a natureza continuará dominando Nova Friburgo (EDITORIAL, 2011, p. 2).

Em que pese o tom ecológico expresso no título e no último parágrafo deste editorial, sem dúvida os temas fortes abordados no texto são a economia do município e, sub-repticiamente, a política. Logo na primeira frase nos deparamos com uma ordem de apresentação dos espaços nos quais ocorreram “prejuízos” que confere, ainda que sob a forma de um lapso psicanalítico, primazia às empresas sobre as residências locais. Este primado econômico/burguês que parece não se coadunar com a inversão de posições, no fim da mesma frase, entre o lado aparentemente humanista do editorial e suas reais preocupações econômicas – no trecho: “perdas humanas e materiais”. Assim, semanticamente, parece permanecer, nesta primeira frase, como de resto em todo o texto, a anterioridade do interesse econômico sobre a preocupação supostamente humanista. Tudo se passa como se esta primeira frase constituísse, sob este aspecto, um fractal da íntegra do texto do editorial. É interessante notar que o autor, ao se referir às consequências da tragédia, emprega o termo “prejuízos” no lugar de “perdas”, como a denotar – a despeito da sua aparente tentativa de formular um comentário abrangente (que contemple também as residências e, como sugere o título, as belezas naturais da cidade) – uma preocupação fortemente econômica (“prejuízos” se contrapondo a “lucros”) e, sobretudo, elitista, ao sublinhar os

ônus sofridos pelos empreendedores locais mais do que pela classe trabalhadora friburguense.

O segundo parágrafo do texto parece ratificar a interpretação aqui esboçada de um modo ainda mais enfático, ao alocar um “mas, também de contabilizar prejuízos” na sequência de “ainda é tempo de buscar por corpos”. Em seguida, o parágrafo terceiro apresenta um raciocínio curioso, argumentando que “os produtores rurais sofreram um duplo revés com a chuva, perdendo casas e negócios” e que necessitarão, por conseguinte, de “apoio social” para reconstruir suas famílias e seus negócios. O autor do editorial parece supor, com este argumento, que o “duplo revés” constitui peculiaridade dos produtores rurais, como se os trabalhadores empregados por estes mesmos produtores rurais, ou por empresários da área urbana, não tivessem problemas de ordem econômica em decorrência da tragédia e não precisassem do mesmo “apoio social” reivindicado em prol da classe burguesa. Registre-se a este respeito que muitos trabalhadores foram demitidos no período imediatamente posterior à tragédia, em decorrência dos alegados “prejuízos” patronais. E isso, não obstante, todo o apoio financeiro estatal dispensado em benefício dos empresários locais.

O quarto parágrafo constitui, a meu ver, o núcleo de todo o texto e a razão de ser do editorial, os argumentos precedentes compondo apenas uma preparação para o ápice da argumentação – a saber, a publicidade política em benefício da atual gestão da prefeitura municipal. Aqui o destaque vai para o secretário municipal de Agricultura, Roberto Wermellinger, nas palavras do autor do editorial, “um dos mais ativos para a obtenção de recursos materiais”. E, no entanto, não nos são apresentados dados empíricos que demonstrem o caráter “ativo” do dito secretário na obtenção de recursos, e menos ainda quais serão os beneficiados com tais recursos, embora não seja difícil conjecturar a respeito.

A última frase do editorial contém, por assim dizer, um *double bind* (BATESON, 1972). Há uma asserção explícita, que poderíamos, com Bateson, chamar de asserção primária – qual seja, “a natureza domina Nova Friburgo”. Entretanto, conforme todo o texto testemunha, há uma asserção secundária sub-reptícia segundo a qual a natureza, em Nova Friburgo, encontra-se subsumida aos

interesses econômicos; ou seja, a natureza não domina propriamente Nova Friburgo senão que, de acordo com a linha editorial do jornal e com a atual gestão da prefeitura municipal, é a economia municipal que deve dominar a natureza em seu proveito. A natureza desempenha aqui, consoante palavras do próprio editorial, o papel de “garantia de vida para muitos” (e, mormente, de lucro para uns poucos), por conseguinte, “movimentando a economia”.

Se o editorial do jornal em discussão, conforme sugeri, pode ser interpretado como uma espécie de porta-voz da atual gestão da prefeitura municipal de Nova Friburgo, as variadas posições políticas dos seus colunistas, como não poderia deixar de ser, expressam bem as ambiguidades de um jornal que, a despeito do seu real posicionamento político, proclama-se imparcial.

O segundo documento que quero apreciar constitui uma coluna do mesmo *A Voz da Serra*, assinada por um sociólogo filiado ao PDT. Tal como o editorial, o título da coluna evoca o novo tema da agenda política friburguense – natureza.

POLÍTICA E NATUREZA

Discussões sobre a relação entre o ser humano e a natureza se intensificaram depois da tragédia das chuvas de janeiro. Em uma reunião – e isto não deve ser caso isolado – veio à baila a questão do antropocentrismo como algo condenável. Pareceu-me um contra-senso pois, afinal, somos todos humanos e não temos como pensar essa relação fora desta perspectiva. Deus é que poderia contestar este suposto antropocentrismo, em nome do teocentrismo. Bem, pode ser que Deus estivesse naquela reunião disfarçado na forma de um dos participantes. Desconsiderando esta hipótese, que não podemos comprovar, o homem só pode pensar a natureza segundo sua condição humana. Precisa aprender a cuidar melhor do planeta porque este é o *seu* lugar de moradia e, pelo menos até onde sabemos agora, não dispõe de outro. E este lugar é como um ser vivo, com princípio e fim, tem movimentos próprios que a humanidade precisa compreender. Mas nunca poderemos compreender tudo isso de perspectiva que não humana – o que é possível discutir *é a relação do homem consigo próprio* e como o resultado desta relação afeta a natureza (SIANIS, 2011, p. 7, destaques meus).

Os destaques que introduzo no texto são quase redundantes pois pretendem sublinhar algo sobejamente enfatizado pelo autor – a saber, o primado da perspectiva humana na reflexão sobre a

relação do homem com a natureza. Desconsiderando o fato de que qualquer primatologista – como de resto, um número razoável de biólogos – sentiria arrepios ao ler que, por sermos humanos, somos incapazes de assumir um ponto de vista diverso do antropocêntrico, os argumentos do autor em favor do antropocentrismo parecem fundamentar-se em pressupostos já bastante questionados pelas ciências sociais. Em primeiro lugar, o título da coluna (política e natureza), sendo uma variação da dicotomia cultura/sociedade X natureza, nos permite supor que o autor endossa a concessão de um estatuto distintivo ao ser humano comparativamente com “a natureza” – esta constituindo mais um dos “outros” inventados pelo pensamento ocidental.

Esta suposição é tanto mais confirmada quando percebemos, na quarta frase do texto, que a visão alternativa ao antropocentrismo imaginada pelo autor não contempla uma forma ou outra de “perspectivismo” – esta noção do pensamento ameríndio introduzida na antropologia, dentre outros, por Viveiro de Castro (2009), a qual concebe o ser humano como vivendo em simetria com os demais entes da natureza – mas restringe-se a uma solução teológica: o teocentrismo. E, no entanto, a distância entre a teologia e o utilitarismo é curta; duas frases abaixo se lê: “[o homem] Precisa aprender a cuidar melhor do planeta porque este é o seu lugar de moradia e, pelo menos até onde sabemos agora, não dispõe de outro”. Destarte, o fato de o planeta constituir lugar de moradia de todos os demais seres vivos parece ser um dado menor que nem sequer é mencionado. Assim, como corolário do antropocentrismo defendido, na última frase citada, a relação do homem com a natureza – tema central para o pensamento ambiental contemporâneo – é substituída pela “relação do homem consigo próprio”. Entretanto, como a mesma frase denuncia, ainda nesta perspectiva fortemente antropocêntrica, o contexto dos debates públicos atual impõe, pelo menos, que esta relação do homem consigo próprio seja pensada também a partir dos seus efeitos sobre a natureza.

Por fim, quero registrar brevemente as repercussões da recente preocupação com o meio ambiente entre o movimento sindical e popular de Nova Friburgo. As influências fortemente marxistas deste segmento fazem com que, historicamente, ele mantenha

certa distância no tocante a questões ecológicas, mais atentos que são para as relações entre capital e trabalho. Não obstante, é certo que a tragédia colocou em evidência as relações entre conflitos de classe e meio ambiente. Por exemplo, na distribuição assimétrica, entre as classes sociais, de moradias em áreas de risco – incluindo aí a especulação imobiliária dos grupos financeiramente dominantes do município. Este fato é denunciado pelo Fórum do Movimento Sindical e Popular de Nova Friburgo que se constituiu no período posterior à catástrofe. Sobre a relação entre natureza, política e capitalismo (neste caso, especulação imobiliária) pode-se ler o seguinte, no manifesto fundador do Fórum:

Os trágicos acontecimentos vividos pelos moradores da região serrana, se, em parte, têm origem nos fatores de ordem natural, devido ao grande volume de chuvas descarregado sobre os nossos municípios, evidenciam, por outro lado, o descaso dos sucessivos governos municipais e estaduais que permitiram a ocupação desordenada de encostas, margens de rios e outros espaços impróprios, sem respeito às exigências técnicas de segurança. As áreas de risco são ocupadas por vias públicas e famílias de baixa renda que não têm para onde ir e precisam estar perto dos centros urbanos, mas também por habitações voltadas às camadas de rendas média e alta, construídas em ações de especulação imobiliária (Fórum do Movimento Sindical e Popular de Nova Friburgo – Manifesto à população e às autoridades).

Dos três documentos apresentados neste trabalho, o manifesto ora em foco é o maior deles – o que me impede reproduzi-lo na íntegra – e certamente aquele no qual menos se podem ler explicitamente os termos “natureza”, “meio ambiente” e “ecologia”. E, no entanto, é aqui que uma preocupação genuína com a construção de uma cidade sustentável parece mais evidente. Se no primeiro documento a natureza e o meio ambiente aparecem como arcabouço ideológico de preocupações econômicas e da propaganda política em benefício da gestão atual da prefeitura municipal; e se, no segundo texto, a natureza é concebida como o objeto sobre o qual incide a ação do homem (este possuindo um estatuto diferenciado comparativamente ao restante da natureza mesma); neste último extrato, conquanto pouco mencionado, o meio ambiente é pensado a partir da sua relação com as questões políticas e sociais, mas não subordinado a estas. Confere-se agência à natureza:

a catástrofe tem origem, em parte, “nos fatores de ordem natural”. Ao mesmo tempo, muitos dos problemas ambientais que assolam o município, incluídos aí os trágicos acontecimentos de janeiro, são pensados, no documento, mediante sua relação com sucessivas gestões da política estatal (em nível municipal e estadual) sem compromisso algum a este respeito.

A ausência de uma política voltada a estudos permanentes e ações preventivas denuncia a visão imediatista de políticos burgueses, praticantes da troca fisiológica de favores por voto, deixando ao léu qualquer perspectiva de administração planejada das cidades em prol do interesse popular. Fica clara a total falta de compromisso com as camadas populares e suas necessidades dos governos que agem a serviço do capital. O governo do Estado pouco investiu, nos últimos anos, na prevenção de tais calamidades, mesmo havendo recursos específicos para isso (Fórum do Movimento Sindical e Popular de Nova Friburgo – Manifesto à população e às autoridades).

Ao denunciar as questões que de fato estão em jogo no referente á tragédia da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, o manifesto em discussão deixa claro que a desculpa propalada pelos segmentos dominantes da sociedade política friburguense – segundo a qual a catástrofe natural constituiu fenômeno impossível de prever, não havendo, por conseguinte, culpa política na calamidade – constitui o mascaramento de práticas anacrônicas de governo. Práticas que sempre desconsideraram as reais necessidades ambientais da sociedade friburguense – aí incluídos os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. O conjunto do texto parece sugerir implicitamente que para se pensar adequadamente a questão ambiental não é necessário evocar interminavelmente chavões tais como “natureza” ou “meio ambiente”. Na única vez em que se pode ler uma referência explícita a estas categorias, em todo o manifesto, elas aparecem devidamente materializadas nas ações governamentais (ou falta delas), e não em termos abstratos.

Em Nova Friburgo, sucessivos governantes deixaram de investir em programas ambientais e habitacionais, permitindo a ocupação irregular do solo, mesmo sabendo das condições precárias de sobrevivência em áreas de risco, numa cidade que cresceu ao longo das margens dos rios e nas encostas dos morros (Fórum do Movimento Sindical e Popular de Nova Friburgo – Manifesto à população e às autoridades).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira parte deste artigo, concentrando-se sobre um nível mais microscópico de observação, teve por objetivo propiciar uma imagem do sofrimento engendrado pela tragédia de janeiro, mas também das ambiguidades, e do que poderíamos chamar de resiliência³ da população friburguense. Neste prisma, o caso do sargento dos bombeiros que mencionei é bastante ilustrativo. Inicialmente avesso à ideia de participação política, este meu amigo, entretanto, a partir da experiência da dor decorrente da tragédia e das suas consequências, modificou seu ponto de vista, e engajou-se ativamente na vida pública do seu bairro. Poder-se-ia supor que uma vida concebida anteriormente em termos individuais converteu-se, por meio da tragédia, em uma vida compartilhada, no interior de uma “comunidade moral”⁴ que compartilha, sobretudo, as consequências da catástrofe.

Por seu turno, a segunda parte do texto refere-se, sobretudo, às transformações simbólicas que se seguiram à tragédia. Trata-se aqui de chamar a atenção para o advento recente, em Nova Friburgo, do fenômeno que José Sérgio Leite Lopes batizou com a expressão “ambientalização dos conflitos sociais” (LEITE LOPES, 2004). Segundo o autor, a conversão do substantivo “ambiente” em verbo confere seu caráter dinâmico, da construção histórica de um novo fenômeno associado à sua interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais (LEITE LOPES, 2004, p. 17). Nesse sentido a “ambientalização” significa um processo de interiorização (individual e coletiva) “das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’” (LEITE LOPES, 2004, p. 17).

A hipótese é que a “ambientalização dos conflitos sociais” de Nova Friburgo seguiu-se ao “evento crítico” representado pela

3 Esta imagem da resiliência, referindo-se à energia e resistência produzida por populações em situações de grande sofrimento, me foi sugerida pela professora Marta Regina Cioccarri a quem agradeço pela constante colaboração intelectual.

4 “Crucial to my mind is the issue whether pain destroys the capacity to communicate, as has been argued by many, or whether it creates a moral community out those who had suffered” (DAS, 1995, p. 176).

catástrofe natural de janeiro. É sob esta perspectiva que se procedeu à apreciação dos três documentos expressivos de posicionamentos políticos diversos. Trata-se aqui de observar a seguinte formulação de Leite Lopes acerca do fenômeno da “ambientalização” como um roteiro de investigações: “Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial” (LEITE LOPES, 2004, p. 17).

REFERÊNCIAS

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. San Francisco: Chandler, 1972.

DAS, V. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

EDITORIAL. Verde que te queremos. **A Voz da Serra**, Nova Friburgo, p. 2, 22 a 24 de janeiro de 2011.

GOMES, D. B. Estudo antropológico da memória coletiva e traumática na catástrofe climática/ambiental em contextos urbanos: estudo etnográfico em Itajaí, SC. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27, 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010.

LEITE LOPES, J. S. (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

SIANIS, M. Política e natureza. **A Voz da Serra**, 2 a 4 de abril de 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Métaphysiques cannibales: lignes d’anthropologie post-structurale**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.